



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000367241

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1002855-14.2023.8.26.0394/50000, da Comarca de Nova Odessa, em que é embargante ALEXANDRE DE OLIVEIRA CANDIDO, é embargado BANCO DAYCOVAL S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores NETO BARBOSA FERREIRA (Presidente) E MÁRIO DACCACHE.

São Paulo, 14 de abril de 2025.

CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO N° 27.876

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N° 1002855-14.2023.8.26.0394/50000

EMBARGANTE: ALEXANDRE DE OLIVEIRA CANDIDO

EMBARGADO: BANCO DAYCOVAL S/A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Apontamento de omissões e de contradição - Inocorrência - Pretensão infringente - Inadmissibilidade - Prequestionamento - Elementos suscitados considerados incluídos no acórdão - Artigo 1.025 do atual Código de Processo Civil - Desnecessidade, ademais, de a decisão atacada fazer menção expressa a dispositivo legal - Embargos rejeitados

Trata-se de embargos de declaração opostos contra o acórdão de fls. 225/231 que, por votação unânime, negou provimento à apelação e manteve a sentença que julgou procedente a ação.

Sustenta o réu apelante, em resumo, que “houve a novação da dívida, por meio de renegociação autorizada nos canais de atendimento da empresa Autora, notadamente pelo whatsapp de escritório de cobrança terceirizado, que suposta integra a assessoria jurídica da empresa. O fato é provado pelas telas das conversas, acostadas às fls. 95/112 dos autos. Com a devida vênia, a partir da novação da dívida, por meio de renegociação, ainda que sem as formalidades legais (termo aditivo), é certo que a empresa obrigou-se à oferta disponibilizada (...) Entretanto, salvo melhor juízo, em todo o acórdão não há menção sobre a novação da dívida, bem como a obrigação da empresa em manter a oferta realizada, inclusive no que tange à renegociação e à não inclusão do contrato em âmbito judicial de busca e apreensão. Note-se ademais que ao aceitar a renegociação, a mora não mais se caracteriza, sendo necessária nova notificação, sob pena de absoluta insegurança jurídica. Deste modo, é imperativo que esta C. Câmara manifeste-se quanto a tais fatos e alegações devidamente trazidos em sede recursal, sob pena de negativa de prestação jurisdicional e de vigência de lei federal - Artigos 422 e 427 do Código Civil, bem como artigos 30 a 35 do Código de Defesa do Consumidor”, que “não há decisão no Acórdão acerca de tais temas: Valor do veículo apreendido conforme tabela FIPE, e devolução parcial dos valores pagos pelo consumidor, por aplicação do artigo 53 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, é imprescindível que seja suprida a omissão apontada, sob pena de supressão de instância e nulidade processual” e que “No V. Acórdão há menção de que o Apelante não se desincumbiu satisfatoriamente de seu ônus de provar as parcelas efetivamente quitadas. Com a devida Vênia e acatamento, tendo o requerido postulado a inversão probatória, para que a empresa fosse compelida a acostar os documentos necessários, era de rigor a observância ao artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, bem como do artigo 373, §1º do CPC. A decisão proferida, de que o Apelante não se desincumbiu de seu ônus probatório é portanto contraditória ao não acolhimento do cerceamento de defesa, em que o apelante demonstra claramente que foi impedido de produzir provas, e mesmo de que não lhe foi deferida a inversão probatória, plenamente cabível ao presente caso”, além de sustentar a possibilidade de reanálise de provas em sede de embargos de declaração, postulando o prequestionamento das matérias arguidas no recurso.

É o breve relatório.

Os embargos de declaração não comportam acolhimento uma vez que o acórdão não padece de omissão ou de contradição.

Entendeu a turma julgadora que o apelante havia sido

notificado extrajudicialmente acerca do inadimplemento das parcelas vencidas nos meses de maio e junho de 2023 e que, mesmo após a renegociação da dívida, remanesceu pendente de pagamento a parcela vencida no mês de junho de 2023.

Ressalta-se que a aludida renegociação consistia, na realidade, em renovação do prazo de pagamento da parcela vencida no mês de maio de 2023 e não em redução ou parcelamento de valores, pois, muito embora as tratativas tivessem se iniciado em relação aos meses de maio e junho de 2023 (fl. 95), o apelante prossegue na proposta somente em relação à parcela vencida em maio (fls. 95 e 98), a qual foi quitada em 7 de agosto de 2023 (fls. 40, 77, 118, 119, 120 e 129), inexistindo menção de que as tratativas se referiam a outras parcelas eventualmente inadimplidas (fls. 95/117), cabendo acrescentar que não houve outros pagamentos, conforme se verifica dos comprovantes juntados a fls. 118/131.

Assim, não há omissão em relação à necessidade de notificação extrajudicial decorrente de novação da dívida, considerando que a renegociação se referia à parcela vencida em maio de 2023 e a parcela vencida em junho de 2023 já havia sido objeto de notificação.

A pretendida “*APLICAÇÃO DA TABELA FIPE AO VALOR DO VEÍCULO APREENDIDO E DEVOLUÇÃO DE VALORES CONFORME ARTIGO 53 DO CDC*” não foi objeto de análise pelo juízo de primeiro grau, o que impedia o exame em segundo grau, sob pena de supressão de instância, de modo que também quanto a isso descabe falar em omissão, valendo acrescentar que tal controvérsia deverá ser dirimida na fase de cumprimento de sentença.

Por fim, entendeu a turma julgadora que a prova documental se mostrou suficiente a dirimir a controvérsia, razão pela qual descabe falar em contradição, mesmo porque eventual contradição deve se referir ao conteúdo do próprio acórdão e não a suposto conflito entre ele e a solução que pretendia a parte interessada.

De qualquer modo, fica observado que não há contradição entre a rejeição da tese de cerceamento de defesa por ausência de dilação probatória e o entendimento adotado no acórdão embargado no sentido de que o réu não se desincumbiu do ônus da prova, tendo em vista que compete ao juiz “*determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito*” (artigo 370 do Código de Processo Civil), ao que se acrescenta que não incidia ao caso a inversão do ônus da prova em favor

do consumidor devido à falta de verossimilhança de suas alegações (artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor).

O embargante está inconformado com o acórdão que lhe é desfavorável e pretende obter a reforma do julgado, o que não se apresenta adequado e afronta a verdadeira vocação que a lei processual atribui aos embargos de declaração.

Por outro lado, as matérias que segundo o embargante devem ser objeto de prequestionamento e que guardam relação com as controvérsias recursais foram apreciadas no acórdão, o que significa que é de rigor a rejeição dos embargos.

De qualquer modo, cabe destacar que o artigo 1.025 do Código de Processo Civil estabelece que “*Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade*”.

Ademais, mostra-se “*desnecessária a manifestação explícita da Corte de origem acerca das normas que envolvem a matéria debatida, uma vez que, para a satisfação do prequestionamento, basta a implícita discussão da matéria impugnada no apelo excepcional*” (AgRg no Resp 760.404/RS, Relator o Ministro FELIX FISCHER, DJ de 6/2/2006)” (STJ, EDcl no Resp nº 1.351.784/SP, 4ª Turma, Relator Ministro Raul Araújo, 19.2.2013), inclusive porque, como decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a decisão judicial deve conter o fundamento jurídico que nutriu o convencimento do juiz e não necessariamente a fundamentação legal.

Ante o exposto, não havendo vício a ser suprido, o voto é pela rejeição dos embargos de declaração.

CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN

Relator